- LXII -**REGULAÇÃO NEOLIBERAL E PLANEJAMENTO MUNICIPAL DA
EDUCAÇÃO NO BRASIL****Janete Ma. Lins de Azevedo**Universidade Federal de Pernambuco – Brasil
janete.lins@gmail.com**Ana de Fátima de Sousa Abranches**Fundação Joaquim Nabuco – Brasil
anafpsa@gmail.com**Ana Lúcia Félix dos Santos**Universidade Federal de Pernambuco – Brasil
analufelix@gmail.com**Luciana Rosa Marques**Universidade Federal de Pernambuco – Brasil
lmarques66@gmail.com

Apoio CNPq

Introdução

Essa comunicação discute aspectos teóricos e históricos do projeto que investiga o modo de formulação e desenvolvimento dos planos municipais de educação - PMEs dos quatorze municípios da Região Metropolitana do Recife que entraram em vigor em 2015. O objetivo último do projeto é apreender possíveis espaços de resistência de forças locais em relação aos ditames neoliberais, procurando identificar em nível local o envolvimento de atores e instituições na elaboração e desenvolvimento dos PMEs, suas repercussões em escolas públicas, e os limites conjunturais e estruturais em que se encontram as municipalidades e suas ações no campo da educação. Isto tendo em vista a conjuntura em que o Brasil está imerso desde 2016. Trata-se de estudo que dá continuidade a investigações anteriores que buscam identificar potência e ações de resistência de coletividades locais para a superação das desigualdades educacionais presentes entre a população do Nordeste do Brasil. Tem-se tomado o objeto políticas públicas para a educação observando suas repercussões nos espaços locais, seja no modo como vêm sendo ressignificadas na máquina governamental, seja pela intervenção e mediação de sujeitos coletivos representantes dos seus usufruidores, seja dos seus impactos na escola.

Contexto teórico-histórico

No imaginário nacional, a descentralização das políticas sociais tem assumido certa identificação com processos democráticos. A literatura analisa o fenômeno como uma antítese das práticas centralizadoras que caracterizaram o modo de articulação dos interesses sociais desde a formação do Estado-nação, passando pelos processos que permitiram a modernização capitalista, até as inúmeras conjunturas em que se instalaram os regimes de exceção (FERNANDES, 1977; DRAIBE, 1985). Mais recentemente, quando do retorno da democracia política, a descentralização e a democratização das instituições foram retomadas como resultado também das lutas das forças progressistas. Uma dos resultados das lutas de então se expressou no novo ordenamento jurídico político registrado na Constituição de 1988 que mudou a estrutura do federalismo brasileiro, quando os municípios assumiram a condição de entes federativos. A ordem institucional abriu também condições favoráveis para que fossem desencadeados, sobretudo nos anos 1990, processos de descentralização das políticas sociais de acordo com as inspirações de caráter neoliberal. O novo ordenamento, em certa medida, conquistado por forças progressistas nacionais, também se mostrou campo favorável para que novo modo de regulação estatal com traços neoliberais se instalasse. No entanto, também abriu espaços para possibilidades de ampliação de oportunidades educacionais de uma perspectiva democrática (AZEVEDO, 2002).

Vale lembrar que o conceito de democracia deixou de ser identificado tão somente com uma forma de governo, mesmo que esta seja imprescindível. Historicamente, assumiu a conotação de uma filosofia, de um modo de vida. Possui um significado tanto do que realmente é, quanto da ideia que as pessoas fazem dela, já que é nas práticas democráticas onde se depositam as esperanças de uma vida melhor. Trata-se de um modo de vida coletivo, cujos mecanismos de funcionamento devem ser conhecidos por todos e exercidos desde os micros espaços para se disseminarem entre as demais instituições sociais e delas para as instituições políticas (BURDEAU, 1956). A questão democrática, por esse prisma, no entanto, vem sendo posta em questão, em face dos processos de regulação neoliberal.

O capitalismo social, inspirado sobretudo nos pressupostos keynesianos e expresso no largo alcance das políticas sociais, é tido como uma fratura no *ethos* capitalista por violar a liberdade e o individualismo, valores basilares das sociedades de mercado (DARDOT; LAVAL 2016). Por isto “o capitalismo democrático se encontra na encruzilhada” e a crise do keynesianismo representou a crise do capitalismo democrático (PRZEWORSKI; WALLERSTEIN 1988). O neoliberalismo, base da regulação, para além de um projeto focado nas práticas econômicas, trata-se de “uma nova razão do mundo” que se expressa na sociedade neoliberal (DARDOT; LAVAL 2016), urdida como meio de viabilizar o curso da ordem capitalista. Guarda nexos com os rumos do movimento da acumulação do capital, tornando hegemônico o modo de acumulação flexível, forjando o fenômeno das globalizações, redefinindo o papel

dos Estados nação e a própria concepção de democracia (HAVEY, 2016; SANTOS, 2002). É nesse quadro mais geral que se pode situar as reformas educacionais iniciadas no Brasil nos anos 1990, quando eleições presidenciais levaram à direção do país um governo de coalizão de centro direita,¹ fazendo emergir políticas descentralizadas, preconizadas como meio de garantir a efetividade da educação para a maior parte da população, segundo parâmetros da gestão gerencial que apregoa processos participativos controlados de cima para baixo e vivenciados pelas comunidade escolar e local. Essas políticas induziram a uma crescente municipalização do ensino fundamental, criando de forma autoritária canais de participação popular no controle dos serviços de educação em nível local, alçando as municipalidades ao centro da cena. Soluções técnico-gerenciais foram introduzidas nos sistemas de ensino e nas escolas por meio de programas e projetos concebidos pelo poder central, mas descentralizados na sua execução, com inspiração nos padrões de qualidade próprios das empresas e do mercado. Práticas de “quase mercado”, sistemas de prestação de contas, avaliações estandardizadas geradoras de índices que “medem” a qualidade da educação, dentre outras inovações, foram introduzidas como vinham sugerindo as agências internacionais (SOUZA; OLIVEIRA, 2003). No início dos anos 2000, nova coalizão política² assumiu o poder central, proclamando orientação de governo democrática popular. Todavia, tal como em outras áreas, persistiram políticas de educação orientadas por pressupostos neoliberais, ainda que tenha havido espaço para maior participação popular na arena das decisões, e avanços significativos nas políticas sociais. Nesse quadro, embates ocorreram e forças de resistência pugnaram por políticas regidas pela filosofia de ação que tem por pressuposto a educação como um direito humano e não como uma prática a serviço do mercado. Em tal conjuntura se inseriu o planejamento educacional que é alvo da pesquisa de que trata essa comunicação.

O processo em que foi definido o II Plano Nacional de Educação abriu espaço para que os planos municipais de educação pudessem ser urdidos e implementados por meio de estratégias que viessem a favorecer a participação popular e democrática na sua execução a depender da mobilização das coletividades locais.

É esse contexto, acrescido de alguns resultados da investigação, que se pretende apresentar nessa comunicação.

¹ Capitaneada pelo Partido Social Democrata Brasileiro tendo à frente o presidente Fernando Henrique Cardoso que governou o país por dois mandatos. Ele promoveu a reforma do Estado, desresponsabilizando-o do provimento de políticas sociais, vendeu várias empresas estatais, inaugurou o sistema de avaliação estandardizada da educação, entre outras medidas.

² Desta feita de centro esquerda, capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores que ficou à frente do poder executivo federal de 2002 a 2010, tendo na direção o presidente Lula, sucedido por Dilma Roussef, eleita por coalizão semelhante, para o período 2011 a 2014, no primeiro mandato e para 2015 a 2018 para o segundo, mas cassada por meio de um golpe urdido pelas forças da direita, em 2016.

Referências

- AZEVEDO, J. M. L.; SANTOS, A. L.F. dos. Influências do poder central no planejamento da educação dos municípios da Região Metropolitana do Recife. **Educação & Sociedade**, v. 33, 2012.
- BURDEAU, G. **La démocratie**. Paris: Seuil, 1956
- DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boi Tempo, 2016.
- PRZEWORSKI, A; WALLERSTEIN, M. O capitalismo democrático na encruzilhada. **Novos Estudos CEBRAP** N° 22, outubro de 1988.
- SANTOS, B. de S. As tensões da modernidade. **Fórum Mundial Social**: Biblioteca das Alternativas, agosto de 2002.
- SOUSA, S. Z; OLIVEIRA, R. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. **Educação e Sociedade**, 2003, v. 24, n. 84.